

DIA LOG@S



Dia-Logos

REVISTA DOS ALUNOS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

v. 15, n. 1, jan./jun., 2021



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

Reitor

Ricardo Lodi Ribeiro

Vice-reitor

Mario Sérgio Alves Carneiro

Pró-reitor de Graduação (PR-1)

Lincoln Tavares Silva

Sub-reitor de Pós-graduação e Pesquisa (PR-2)

Luís Antônio Campinho Pereira da Mota

Pró-reitora de Extensão e Cultura (PR-3)

Claudia Gonçalves de Lima

Pró-reitora de Políticas e Assistência Estudantis (PR-4)

Catia Antonia da Silva

Diretora do Centro de Ciências Sociais

Dirce Eleonora Nigro Solis

Diretor do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Jaime Antunes da Silva

Vice-diretora do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Mônica Leite Lessa

Coordenadora-Geral do Programa de Pós-graduação em História

Beatriz de Moraes Vieira

Coordenador-Adjunto do Programa de Pós-graduação em História

Carlos Eduardo Pinto de Pinto

Coordenador do Doutorado

Fabiano Vilaça dos Santos

Coordenadora do Mestrado

Marina Monteiro Machado

Dia-Logos

REVISTA DOS ALUNOS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

v. 15, n. 1, jan./jun., 2021



Capa

Natalia da Paz

Imagem

©Canva, 2022.

Diagramação

Daniel Marcos Martins
Karoline Marques Machado
Juliana da Silva Sabatinelli

Revisão

Anderson Albérico Ferreira
Daniel Marcos Martins
José Marcos Paula Pessoa Freitas
Karoline Marques Machado
Ronald Lopes de Oliveira

Pareceristas *Ad Hoc* desta edição

Anderson Marcelo Schmitt (UFSC); Cintia Nascimento de Oliveira Conceição (PUC-Rio); Dalton Sanches (UFOP); Danillo Avellar Bragança (UFF); Felipe Matos; Gilciano Menezes Costa (UFF); Israel Silva Aquino (UFRGS); Julian Abascal Sguizzardi Bilbao (USP); Jussara Rodrigues da Silva (UFOP); Leon Adan Gutierrez de Carvalho (UFPR); Lucio Reis Filho (UAM); Márcio dos Santos Rodrigues (UFPA); Mauro Franco (UFOP); Natanael de Freitas Silva (UFRJ); Patrícia Trindade Trizotti (UNESPAR); Robert Porto Castro (PUC-RS); Rodrigo Marins Marretto (Marins); Rodrigo Pereira (UFRJ); Romulo Gabriel Barros (UFPE); Roni César Andrade de Araújo (UFMA).

Conselho Editorial

Alex Brito Ribeiro – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Anderson Albérico Ferreira – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Daniel Marcos Martins – Faculdades Integradas Campo Grandenses, Brasil
Isadora de Mélo Escarrone Costa – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
José Marcos Paula Pessoa Freitas – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Juliana da Silva Sabatinelli – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Karoline Marques Machado – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Maria Clara Martins Cavalcanti – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Mariana Franco Teixeira – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Monique Santana de Oliveira Sousa – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Ronald Lopes de Oliveira – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Conselho Consultivo

Dr. Airan dos Santos Borges – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Dr. Alex Gonçalves Varela – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Dr. Alexandre Moraes – Universidade Federal Fluminense, Brasil
Dr. Anderson Martins Esteves – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Dr. André Bueno – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Dr. Bruno Peres – Universidade Federal Fluminense, Brasil
Dr. Carlos Alvarez Maia – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Dr. Carlos Gregório dos Santos – Universidade do Estado de Santa Catarina, Brasil
Dr. Daniel Barbosa – Universidade Federal de Alagoas, Brasil
Dr. Daniel Pinha – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Dr. Edgar Leite Ferreira Neto – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Dr. Fabiano Vilaça Santos – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Dr. Fernando Roberto de Freitas Almeida – Universidade Federal Fluminense, Brasil
Dr. Guilherme Pereira das Neves – Universidade Federal Fluminense, Brasil
Dr. Iza Terezinha Gonçalves Quelhas – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Dr. Luiz Felipe Ferreira Verrão – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Dr. Luiz Reznik – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Dr. Marcos Pirateli – Universidade Estadual do Paraná, Brasil
Dr. Oswaldo Munteal Filho – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Dr. Paulo Duarte – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil
Dr. Paulo Roberto Gomes Seda – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Dr. Ricardo Antônio Souza Mendes – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Dra. Tânia Maria T. B. da Cruz Ferreira – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Dr. Sílvio de Almeida Carvalho – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil
Dr. Williams da Silva Gonçalves – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Dra. Ana Paula Barcelos Ribeiro da Silva – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Dra. Beatriz Vieira – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Dra. Carolina Barcellos Dias – Universidade Federal de Pelotas, Brasil
Dra. Danielle Gallindo – Universidade Federal de Pelotas, Brasil
Dra. Edna Maria dos Santos – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Dra. Eliane Garcindo de Sá – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Dra. Erica Sarmiento da Silva – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Dra. Laura Moutinho Nery – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Dra. Lená Medeiros de Menezes – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Dra. Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Dra. Lúcia Maria Paschoal – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Dra. Márcia Gonçalves – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Dra. Maria Emília da Costa Prado – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Dra. Maria Regina Candido – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Dra. Maria Teresa Toríbio Brittes Lemos – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Dra. Marilene Rosa Nogueira da Silva – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Dra. Monique de Siqueira Gonçalves – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Dra. Priscilla Leite Gontijo – Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Correspondência

Rua São Francisco Xavier, 524 – Bloco F – 9º andar – sala 9.037
Maracanã – Rio de Janeiro RJ – CEP 20.550-013
Tel./Fax: (21) 2334-0678 e-mail: rev.dialogos@gmail.com

Todos os textos são de responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a posição da editoria ou da instituição responsável por esta publicação.

Sumário

7 **Apresentação**
Editorial

ARTIGOS

8 **Discos, máquinas falantes e ouvintes e no Rio de Janeiro dos anos 1920**
Denise de Oliveira

24 **Jornal o tempo, a construção anticomunista e o massacre da linha do parque: Rio Grande, 1950**
Lênin Pereira Landgraf

APRESENTAÇÃO

A nova equipe da Revista Dia-Logos, composta por alunos e alunas da pós-graduação em História Política da UERJ, apresenta o 15º volume, número 1, de sua revista, em um momento muito importante de reestruturação interna do periódico, além do retorno das atividades presenciais na universidade. Com esta nova formação editorial, apresentou-se a necessidade de publicar os volumes que estavam aguardando a organização da equipe.

Mesmo com poucos trabalhos, a atual edição conta com publicações de excelência. O primeiro, intitulado “Discos, máquinas falantes e ouvintes no Rio de Janeiro dos anos 1920”, é de Denise de Oliveira, do Programa de Pós-Graduação em História Social, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. O artigo tem como objetivo compreender os discos e a fonografia de modo geral, utilizando uma perspectiva histórica e social, desenvolvendo acerca da massificação dessa tecnologia utilizando, para isso, o periódico “O Paiz”, que era destinado ao tema.

Já o segundo trabalho, intitulado “Jornal o Tempo, a construção anticomunista e o massacre da linha do parque: Rio Grande, 1950”, é de LÊNIN Pereira Landgraf, mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas. O artigo se propõe a analisar a construção anticomunista presente no no jornal “O Tempo”, da cidade de Rio Grande, no Rio Grande do Sul. Segundo o autor, o periódico contribuiu para uma série de movimentos contrários aos trabalhadores.

Desejamos que a escolha dos artigos propostos sejam do interesse dos leitores e leitoras, e que possibilite a ampliação dos debates históricos.

Boa leitura!

Equipe Editorial da Revista Dia-Logos.

ARTIGO

Discos, máquinas falantes e ouvintes no Rio de Janeiro dos anos 1920

Records, talking machines and listeners in the Rio de Janeiro of the 1920s

Discos, máquinas hablantes y oyentes en Río de Janeiro de los años 1920

Denise de Oliveira

Programa de Pós-Graduação em História Social - Universidade Federal do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro, Brasil

Resumo

Esse artigo tem como objetivo compreender os discos e a fonografia de modo geral a partir de uma perspectiva histórica e social, enfatizando algumas crenças e usos que marcaram o início da massificação dessa tecnologia na então capital do Brasil. Para isso, lançaremos mão da seção “Discos e machinas falantes” do jornal *O Paiz*, primeiro espaço da imprensa periódica brasileira inteiramente dedicado ao assunto, com o intuito de delinear a maneira como uma parcela dos ouvintes apreendia e consumia essa novidade moderna. Desse modo, buscaremos traçar uma perspectiva diferente dos lugares comuns que, por um lado, situam o desenvolvimento da fonografia necessariamente junto à expansão da música popular urbana e, por outro, ignoram os modos de uso do disco no início do século 20, sua *forma*, deixando de lado as especificidades históricas e sociais que nos distanciam das práticas de escuta ligadas àquelas tecnologias de reprodução sonora.

Palavras-chave: disco; fonografia; história cultural; história do Rio de Janeiro.

Abstract

This article aims to understand records and phonography in general from a historical and social perspective, emphasizing some beliefs and uses that marked the beginning of the massification of this technology in the then Brazilian capital. To this end, we will use the “Discos e machinas falantes” section of *O Paiz* newspaper, the first space of the Brazilian periodical press devoted entirely to the subject, in order to delineate the way in which a portion of the listeners apprehended and consumed this modern novelty. In this way, we will try to draw a different perspective from the common places that, on the one hand, place the development of phonography necessarily with the expansion of urban popular music and, on the other hand, ignore the ways of using the disc in the early 20th century, its *form*, leaving aside the historical and social specificities that distanced us from the practices of listening linked to those technologies of sound reproduction.

Keywords: records; phonography; cultural history; history of Rio de Janeiro.

Resumen

Este artículo tiene como objetivo comprender los discos y la fonografía de modo general desde una perspectiva histórica y social, enfatizando algunas creencias y usos que marcaron el inicio de la masificación de esa tecnología en la entonces capital de Brasil. Para eso, echamos mano de la sección “Discos e machinas falantes” del periódico *O Paiz*, primer espacio de la prensa periódica brasileña enteramente dedicado al tema, con el propósito de delinear la manera como una parcela de los oyentes aprehendía y consumía esa novedad moderna. De ese modo, buscaremos trazar una perspectiva diferente de los lugares comunes que, por un lado, sitúan el desarrollo de la fonografía necesariamente junto a la expansión de la música popular urbana y, por otro, ignoran los modos de uso del disco a principios del siglo XX, su forma, dejando de lado las especificidades históricas y sociales que nos distancian de las prácticas de escucha ligadas a aquellas tecnologías de reproducción sonora.

Palabras clave: disco; fonografía; historia cultural; historia de Rio de Janeiro

Uma história cultural da fonografia

Em um de seus famosos artigos, no qual versa sobre a chegada dos novos recursos técnicos no Rio de Janeiro do início do século passado, o historiador Nicolau Sevcenko (1998, p. 517) enfatizou a capacidade humana de “assimilar e adaptar-se aos efeitos desorientadores” das experiências tecnológicas, incorrendo, ao mesmo tempo, em uma perda da capacidade de reconhecer a estranheza e as mudanças que reorientam as percepções nesse processo de transformação. Em outras palavras, acostumamo-nos com as tecnologias que modificam nosso cotidiano e as naturalizamos inclusive em nosso fazer historiográfico, não só banalizando “o objeto e seu papel na sociedade” como também esquecendo que seu lugar e sua função são ambos produtos *históricos* e *sociais* (ROCHE, 2000, p. 12). Nessas circunstâncias, uma das “coisas banais” criadas na segunda metade do século 19 e naturalizadas tanto no dia-a-dia quanto em pesquisas acadêmicas são o disco – ou cilindro, que o antecedeu – e seus aparelhos de reprodução; a possibilidade de reprodução técnica do som, em suma.

Apesar de os dispositivos de gravação e/ou reprodução sonora terem sido frutos de séculos de pensamento sobre a natureza do som – desde as reflexões sobre os sons de modo geral em períodos mais recuados até as tentativas de descrição das ondas sonoras empreendidas nos séculos 18 e 19 (MORTON JR., 2006, p. 1-2) – e tido os mais variados usos e objetivos nas primeiras décadas que seguiram sua invenção – a começar pela sua função de operador de ditados em escritório –, quando se trata de discos¹ – para focalizarmos um objeto que por setenta e cinco anos praticamente monopolizou esse mercado (MORTON JR., p. 31) –, pouco se reflete sobre a *forma*, ficando toda a luz lançada sobre o *conteúdo*², que, em geral, está sempre ligado à

¹ Ao longo desse artigo, quando nos remetermos ao disco, com essa denominação genérica, estaremos nos referindo ao disco de cera de 10 ou 12 polegadas que, com suas 78 rotações por minutos, só comportava um conteúdo sonoro de aproximadamente quatro minutos por lado. Não confundir com os discos long-playing (LP), que apareceriam apenas em 1948. Ver MORTON JR, David L. *Sound recording: the life history of technology*. Baltimore: The John Hopkins University, 2006, capítulos 9 e 12.

² Segundo Roger Chartier, em sua proposta de história cultural, o historiador, ao atentar para a forma e não somente para o conteúdo em sua análise, empreenderia uma “arqueologia do objeto cultural”, isto é, uma busca pelo significado para além da substância, do argumento, do escrito:

chamada música popular³. Por isso, torna-se significativo pontuar que, na década de 1890, início do processo de mercadologização do fonógrafo e do som reproduzido, Thomas Edison, um dos mais importantes inventores dessa tecnologia, não titubeou ao afirmar que “eu não quero que o fonógrafo seja vendido com propósitos de diversão, *ele não é um brinquedo*. Eu quero que ele seja vendido com propósitos de negócio somente” (apud BRADY, 1999, p. 22-23, grifo nosso), negando, desta feita, qualquer vínculo de seu “bebê” – como ele tratava sua “máquina falante” – com a música ou entretenimento.

O auge do desenvolvimento dessa tecnologia se deu com o aparecimento do disco, uma invenção que não foi de Edison – que, aliás, passou muitos anos reprovando-o em função de sua defesa dos cilindros – mas de Emile Berliner, que começou sua divulgação em 1895 (MORTON JR., 2006, p. 36). Ao substituir os antigos cilindros, que começaram a desaparecer já na primeira década do século 20, esses objetos revolucionariam o ainda incipiente mercado em função de sua maior praticidade de manuseio e baixo custo, além de terem transformado as fabricantes de fonógrafos e similares em únicos idealizadores e produtores de conteúdo; isto porque, nos primeiros anos do fonógrafo e similares, os empregos que preponderavam diziam respeito, em geral, a gravações caseiras ou feitas pelos próprios usuários. Assim, como nesse período a função dessa tecnologia girava em torno principalmente de sua capacidade de

seria, basicamente, a forma colocada também em xeque, em sua contextualização, histórica e social. De fato, lançando mão do livro, Chartier defende que esse objeto cultural não poderia ser entendido fora das práticas e dos *modos de uso*, sendo o sentido da leitura encontrado dentro de “um processo historicamente determinado cujos modos e modelos variam de acordo com os tempos, os lugares, as comunidades”, o que denota que as “significações múltiplas e móveis de um texto dependem das formas por meio das quais é recebido por seus *leitores*”. Ver CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Estudos avançados*, São Paulo, v. 5, n. 11, 1991, p. 178, grifo nosso; também CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand, 1988.

³ De modo geral, a historiografia brasileira que, de alguma forma, tem o disco como parte de seu tema o aborda de duas maneiras básicas: como um objeto transparente, sem história – da mesma forma que o entendemos hoje ele foi entendido desde os seus primórdios; e/ou como uma “desculpa” para se abordar o processo de consolidação da música popular urbana. Em ambas as formas de análise, sua *função* acaba sendo naturalizada e o protagonismo fica por conta da chamada música popular, sendo sua forma totalmente secundarizada ou mesmo ignorada. Podemos citar, nesse contexto, desde obras de referência como TINHORÃO, José Ramos. *Música popular: do gramofone ao rádio e TV*. 2 ed. São Paulo: Editora 34, 2014 [1981]; e CABRAL, Sérgio. *MPB na era do rádio*. São Paulo: Lazuli, 2011 [1996]; passando pela pesquisa de FRANCESCHI, Humberto Moraes. *A Casa Edison e seu tempo*. Rio de Janeiro: Sarapuí, 2002; e chegando a trabalhos mais atuais, que se propõem a leituras mais refinadas, como aqueles empreendidos por BESSA, Virgínia de Almeida. *A escuta singular de Pixinguinha: história e música popular no Brasil dos anos 1920 e 1930*. São Paulo: Alameda, 2010 e GONÇALVES, Camila Koshiba. *Música em 78 rotações: “discos a todos os preços” na São Paulo dos anos 30*. São Paulo: Alameda, 2014.

“guardar” o som, um dos possíveis usos pensados pelas fábricas, nas quais se incluía à do próprio Edison, correspondia à criação de álbuns *fonográficos* contendo as vozes de membros da família, que chegariam sonoramente aos ouvidos das gerações futuras (STERNE, 2003, p. 203).

Nesse sentido, vale frisar essa função elementar do som reproduzido tecnicamente: guardar sons para a posteridade. Ainda segundo Jonathan Sterne (2003, p. 297), a narrativa que cercava a gravação de som em seus primórdios se relacionava com a preservação da voz, de sua perpetuação com vistas ao alcance de ouvidos na posteridade e à manutenção da função social da pessoa após sua morte. Concomitantemente, uma das bases da rede social que associava os indivíduos produtores e consumidores ligados pela fonografia, segundo esse mesmo autor, estaria ancorada em um discurso da fidelidade que apontava a perfeição dos sons que saíam das máquinas falantes, isto é, sua total fidedignidade em relação ao som “original” (STERNE, 2003, p. 222). Voltaremos a esse assunto mais adiante através de alguns exemplos empíricos, demonstrando como essa concepção adentrou e permaneceu bem viva no Brasil do século 20. Por ora, vale apenas destacar a importância de atentarmos para as crenças relacionadas à fonografia em suas primeiras décadas de existência, sublinhando o caráter histórico e social de sua construção enquanto uma mídia com determinadas características e funções, delineadas em grande medida pelos usos.

A “cultura fonográfica” ainda dava seus primeiros passos em meados da década de 1920 quando surgiram as primeiras publicações periódicas dedicadas aos discos e às “máquinas falantes” no centro político e cultural brasileiro à época, o Rio de Janeiro. Antes do advento do processo elétrico de gravação⁴, de fato, a reprodução sonora, também no Brasil, era encarada mais como uma curiosidade ou “magia” – sendo classificada nas alíquotas de tributação do governo como “artigos de fantasia” (FRANCESCHI, 2002, p. 31-32) – do que como uma realização promissora no campo da cultura. Por isso, nossa análise

⁴ Nos novos sistemas de gravação elétrica, que começaram a entrar no mercado em 1924, os microfones e amplificadores substituíram a corneta de gravação utilizada no processo mecânico. Aproximando-se dos métodos aplicados nos estúdios de rádio, a nova técnica permitiu uma gravação sonora mais abrangente, tendo em vista seu potencial de capturar os sons mais detalhadamente, alcançando-os em maior distância, o que possibilitou o uso de grupos maiores de músicos no estúdio, por exemplo. Cf. MORTON JR, David L. *Sound recording: the life history of technology*. Baltimore: The John Hopkins University, 2006, p. 65-66.

inicia, justamente, no ano de 1926, quando surgiu a primeira publicação sobre discos na imprensa periódica brasileira – mais especificamente, uma seção do jornal *O Paiz*, “Discos e Machinas Falantes” – juntamente com as promessas da chegada dos discos gravados pelo novíssimo método elétrico e da consolidação dos aparelhos de reprodução sonora como um meio legítimo de se escutar música e outros sons deslocados no tempo e espaço.

Aprendendo a escutar e a agir diante da máquina

A seção “Discos e Machinas Falantes” apareceu pela primeira vez no jornal “oficioso”⁵ *O Paiz* em 20 de junho de 1926. Como um esforço pioneiro na promoção do desenvolvimento e propaganda do fonógrafo no país, tinha o objetivo de informar, em “pequenas notas auxiliadoras dos possuidores de phonographos e discos” espalhadas em vários artigos, e permitir “aos leitores guiarem-se, si bem que um tanto laconicamente, na manutenção exacta e correcta de seus aparelhos e discos, como na aquisição dos mesmos” (O PAIZ, 19 JUNHO 1927, p. 12). Nesse contexto, uma de suas principais características era o contato constante com os ouvintes de discos: além de existir um espaço para resposta de cartas, a subseção “Correspondência”, em diversas ocasiões, as dúvidas mais corriqueiras dos consumidores se transformavam em pautas que guiavam as escolhas de temas de todas as outras partes da seção.

Em primeiro lugar, um ponto que chama a atenção é o interesse dos ouvintes pelos mecanismos de funcionamento daquelas extraordinárias máquinas – que fantásticamente reproduziam fielmente sons! Por isso, a seção era permeada de textos explicando sobre os modernos diafragmas e as agulhas (O PAIZ, 16 JANEIRO 1927, p. 8.), como se gravavam discos (O PAIZ, 11 SETEMBRO 1927, p. 12) e até mesmo esclarecendo sobre os princípios da física referentes ao som (O PAIZ, 14 NOVEMBRO 1926, p. 12). Isto se dava porque os amadores – como também eram chamados os “discófilos” – “em sua maioria preocupam-se extraordinariamente com a parte científica de qualquer machina falante” (O PAIZ, 11 MARÇO 1928, p. 13), como foi o caso de A.

⁵ Na década de 1920, *O Paiz* já era um jornal consolidado, principalmente devido às relações estreitas mantidas com o governo republicano que o financiava, sendo considerado um veículo de defesa do *status quo* político da Primeira República. Cf. LEAL, Carlos Eduardo. O País. In: ABREU, Alzira Alves de; PAULA, Christiane Jalles de. *Dicionário da política republicana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: FGV; CPDOC, 2014, p. 883-884.

Oliveira, do Rio de Janeiro, que escreveu uma carta cheia de detalhes técnicos e mais perguntas sobre a “alta técnica na fabricação de discos” (O PAIZ, 3 JULHO 1927, p. 10).

Por outro lado, a ignorância que ainda pairava sobre o uso dos discos e seus aparelhos de reprodução era tamanha que a cada subseção apareciam “dicas” em destaque para os leitores-ouvintes. Para citar algumas: “O som de uma agulha estragada é rouco e produz um chiado exagerado, proveniente da sua ponta, que se tendo gasto, já não se adapta com a necessária precisão nos sulcos do disco” ; “Tenha o máximo cuidado para que o diaphragma não sofra qualquer choque ocasionado por alguma pancada ou queda, pois d'elle depende em grande parte a perfeita reprodução do som”; “Não entre numa casa [loja de discos] para escutar grande quantidade de discos, procure obter uma orientação prévia do que vai comprar”; “Use uma agulha sómente uma vez, afim de obter melhor reprodução e conservar melhor os discos” (O PAIZ, 12 DEZEMBRO 1926, p. 14); “Tenha sempre os discos guardados em logar apropriado e evite expol-os á poeira” (O PAIZ, 22 ABRIL 1928, p. 12); “Aprenda a gostar de boa musica, principalmente de musica clássica, por meio dos discos. Ouvir em casa com atenção um trecho de boa musica, representa mais que muito concerto” (O PAIZ, 12 DEZEMBRO 1926, p. 14); entre muitas outras. Como podemos perceber, uma gama imensa de gestos estava envolvida nesse “aprendizado”: desde o manuseio das máquinas e dos discos e como se apresentar às lojas até a própria forma de escutar: tal som significa isto; ou escute música clássica! Nesse sentido, atentar para essas pequenas e inofensivas ordens – verdadeiros ensinamentos ligados à novíssima “arte” de escutar discos – implica em colocar em cena o outro (CERTEAU, 2013, p. 88), transformar a pequena banalidade de escutar discos ou sons gravados em uma prática estranha, distante de nós, não obstante se tratar de uma atividade tão próxima e *a priori* bem conhecida.

Nesse contexto, devemos enfatizar que estamos lidando, também, com uma escuta musical – para ficarmos em um domínio mais específico – anterior ao advento da gravação e reprodução sonora; e tradicionalmente, essa era uma prática coletiva. Escutar música solitariamente – no quarto, por exemplo – era não só pouco possível como também socialmente inconcebível antes da era da reprodução sonora (KATZ, 2010, p. 20-21): essa prática estava ligada a locais

públicos, como os teatros ou mesmo praças, e a uma sonoridade musical que dizia respeito, explicitamente, a um “gosto coletivo”. E o aprendizado da escuta de discos estava calcada, de início, nessa tradição, como podemos perceber nas cartas enviadas pelos ouvintes ao “Discos e Machinas Falantes”: quando um tal Roy afirma que dará uma festa íntima, para amigos, e pergunta que discos deve comprar (O PAIZ, 22 MAIO 1927, p. 14), por exemplo, ele delega a escolha das músicas que irão tocar em sua casa a um “especialista”, o que pode significar que uma seleção dessa natureza não estava imbricada a um suposto gosto “pessoal”.

Facil de manejar, facil de pagar... Veja a prova

Incline sua predilecção para a boa musica, este verão, sem o incommodo de dar à corda ao instrumento, a cada momento. A quasi totalidade das Victrolas Orthophonicas podem ser adquiridas, equipadas com um motor electrico que automaticamente desempenha esse trabalho.

Uma pequena prestação inicial porá uma Victrola Orthophonica em sua casa, onde poderá, em companhia de seus convidados, apreciar sua musica. Pagando sem esforço, a quota total parecer-lhe-á surpreendentemente pequena. Venha visitar-nos — e dar-lhe-hemos uma explicação mais detalhada — hoje mesmo.

A nova **Victrola**
Orthophonica

A MAIOR MARAVILHA MUSICAL
A venda em prestações sem aumento de preço, ou no Christoph Club, com dois sorteios semanais
DISTRIBUIDORES GERAES
PAUL J. CHRISTOPH COMPANY
R. Ouvidor 98 RIO R. S. Bento 45 S. PAULO

Figura 1: Propaganda da Victrola Orthophonic. *O Paiz*, 5 de fevereiro de 1928. (Crédito: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional).

Outra ilustração desse caráter mais explicitamente “coletivo” da audição de discos pode ser vista na Figura 1: além de mencionar a “boa música”, nesse contexto entendida como a música erudita ocidental, a propaganda do novo fonógrafo da Victor destaca que a “Victrola Orthophonica” poderá ser

aproveitada em casa juntamente com os convidados. Isto significa, a nosso ver, que apesar de cada vez mais privatizada, a audição de músicas ainda estava muito ligada a uma prática essencialmente coletiva, tal como prescreviam os costumes relacionados à escuta musical “legítima” e legitimada socialmente e ligados a um mundo “pré-reprodução sonora”. Até mesmo por isso, em um artigo sobre o aniversário de cinquenta anos do fonógrafo, um anônimo autor, ao apontar os aspectos positivos dos antigos aparelhos que reproduziam cilindros – antecessores do disco –, critica, por outro lado, o uso dos que poderíamos chamar de “avós” dos fones de ouvido atuais, pois “obrigava o ouvinte a colocar nos ouvidos dois tubos acústicos, terminados por uma ampola de vidro, o que representava um grande passo retrogrado, pois a audição deixava de ser *collectiva e directa*” (O PAIZ, 12 JUNHO 1927, p. 12, grifos nossos).

Colecionando a “música imortal”

“Boa música”, “música imortal”, “música clássica”. Todas essas denominações significavam aquela música produzida e racionalizada ao longo de três séculos na Europa ocidental (WEBER, 1995)⁶; e nesses primórdios do comércio e divulgação dos discos, o caldo cultural que os embebia deitava raízes na tradição dos concertos de música erudita – recriava-se aí uma escuta legítima socialmente. Nesse contexto, enquanto as novas músicas surgidas no bojo da cultura fonográfica possuíam apenas três minutos – que era tudo o que cabia em um lado do disco –, as “músicas clássicas” se estendiam por vários minutos mais, o que demandava que a gravação fosse feita em inúmeros discos, implicando uma escuta fragmentada, já que o ouvinte tinha de trocar o lado ou o disco para continuar escutando a mesma peça. As fábricas então passaram a colocar o conjunto de discos em “álbuns” de papelão – o que deu origem ao termo “álbum” de músicas, utilizado até hoje (MORTON JR, 2006, p. 92). Legados desses primeiros momentos...

Contudo, não obstante esses limites tecnológicos, a música erudita fazia parte de uma prática de escuta distintiva, e os novos ouvintes “pequenos

⁶ Max Weber foi quem trabalhou, ainda que de modo inacabado, com a ideia de “racionalização” do campo musical na modernidade europeia. Cf. WEBER, Max. *Os fundamentos racionais e sociológicos da música*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.

burgueses”, que até então não tinham acesso aos grandes espaços sociais da cidade do Rio de Janeiro, demonstravam sua “boa vontade cultural”⁷ através da avidez pelo consumo dos chamados “discos artísticos”. Esta avidez se mostra pronunciada em duas cartas recebidas pela mesma seção que analisamos no subtópico anterior. Um leitor da publicação, chamado Palhares, pergunta se, tendo uma coleção completa de discos do Caruso, ele *poderia dizer* que possui um repertório completo de música clássica (O PAIZ, 19 JUNHO 1927, p. 12). Do mesmo modo, Lucia Oliveira, de Petrópolis, deseja confirmar se sua coleção de discos com gravações de Tito Schipa – um cantor tenor lírico famoso no mundo da ópera – estaria completa (O PAIZ, 27 NOVEMBRO 1927, p. 11). Assim, se por um lado, era afirmado a todo momento que “[...] o phonographo representa o melhor professor da *música verdadeira*” (O PAIZ, 27 FEVEREIRO 1927, p. 8, grifo nossos), por outro, essas constatações não faziam parte de um discurso de mão única, ao contrário, eram compartilhadas por uma “camada média” que não era admitida nas “festas inaugurais do Jockey Club”, mas começava a acessar o mundo musical erudito, distinto e distintivo, através das gravações sonoras que agora começavam a ser reconhecidas como um meio de apreciação e apuração artística “sério”, não um simples brinquedo (O PAIZ, 8 JULHO 1928, p. 16). Isto fica claro em uma publicação em que o colunista explica do que se trata essa famosa festa e comenta sobre as músicas que lá tocam, listando as que já possuem gravações em discos para que os leitores que *não podiam estar presentes* tivessem a oportunidade de escutar em casa aquelas mais ouvidas no “mundo elegante” (O PAIZ, 8 AGOSTO 1926, p. 16).

Deste modo, os discos, que apenas começavam a ganhar legitimidade enquanto um bem cultural digno dos mais variados investimentos – públicos e privados –, precisavam fazer parte de um conjunto de práticas “autênticas” sob o ponto de vista do consumo cultural. Por isso, esses artefatos, naquele contexto, eram sempre ligados a referências já familiares e que antecederam a possibilidade de reprodução sonora: o livro, a literatura e a orquestra clássica estão entre alguns exemplos, como podemos identificar na Figura 2: os sons, ali,

⁷ É dessa forma que Pierre Bourdieu descreve a relação das classes médias com a cultura. Entre um estado de “privação” e “pretensão”, essas camadas médias reconheceriam o valor e a legitimidade de práticas e produtos culturais específicos, reverenciando-os indiscriminadamente, mas se apropriariam deles de forma “enviesada” ou limitada devido à carência de um determinado “capital cultural”. Cf. BOURDIEU, op. cit., p. 300-318.

também são descritos, juntamente com seu caráter “fiel” em relação às músicas “ao vivo”; ademais, os ouvintes “ideais” aparentam ser de uma “classe alta”, representação presente na maior parte das propagandas de discos e “máquinas falantes” do período.

Parece um movel artistico...
entretanto, *toca como uma*
orchestra

A Nova Victrola Modelo 8-35



HOJE EM DIA, uma colleção de discos é tão necessaria num lar como uma colleção de obras literarias classicas.

Eis aqui um novo instrumento que satisfaz essa necessidade num movel de construção finissima, provido em ambos os lados com compartimentos contendo varios albuns de um acabamento riquissimo. O dorso dos albuns, com decorações em ouro, é feito de couro com um acabamento em encarnado, verde e azul vivos, offerecendo um sensivel contraste com a côr escura e séria do movel.

Ao levantar a tampa, obtem-se um espaço amplo em ambos os lados para collocar os albuns cujos discos estejam sendo tocados.

Atraz das portas de esquisito lavrado, acha-se a camara orthophonica de resonancia. O primeiro disco demonstrar-lhe-ha immediatamente que a reprodução da nova Victrola Orthophonica 8-35, supera todavia a apparencia elegante e harmoniosa de seu exterior. A sonoridade deste instrumento é suave e rica como um nectar antiguisimo e seu volume é identico ao que foi dado originalmente pelo proprio artista ou agrupamento musical. Imaginariamente V. S. “vê” o famoso cantor, a celebre orchestra ou a banda completa, que entretem seus ouvidos com a maestria inigualavel de suas execuções.

Peça a qualquer commerciante Victor dessa localidade que lhe dê uma demonstração neste portentoso instrumento. Ouça neste modelo os ultimos Discos Victor Orthophonicos.

Figura 2: Propaganda da Victrola Orthophonic. *O Paiz*, 26 de agosto de 1928. (Crédito: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional).

O chiado da fidelidade sonora e o som perpetuado

A imaginação de um som “perfeito”, “natural”, “puro” e “nítido” também permeava os discursos que legitimavam a escuta dos discos no final dos anos 1920 – e nos anos que se seguiram. Ligando a prática de escuta de discos a uma audição mais próxima possível do “real”, da voz fidedigna e viva, da performance “ao vivo”⁸ – a referência que se tinha à mão –, as propagandas, mas não só elas, enfatizavam a possibilidade de se ter o teatro ou uma orquestra inteira na sua casa (ver Figura 3). No entanto, o aparente paradoxo residiu no fato de se ter consciência dos chiados que acompanhavam os sons fonográficos ao mesmo tempo que se pregava uma fidelidade sonora. Desta forma, em uma mesma publicação há uma resenha que atesta “chiados persistentes” em algumas gravações – e que é apenas “questão de hábito” acostumar-se e ignorá-los durante a audição – e um pequeno artigo sobre o caráter “fiel” de outras (O PAIZ, 22 MAIO 1927, p. 14). Essa percepção, se confiarmos em Sterne, poderia ser ligada a uma *fé*, que então se construía, na função social e organização das máquinas, não obstante a “eficácia da reprodução do som como tecnologia ou prática cultural não” estar em sua fé em um mundo totalmente externo a si mesmo. Ao contrário, reprodução sonora – desde seu início – sempre implicou *relações sociais* entre as pessoas, máquinas, práticas e sons. O próprio conceito de fidelidade sonora é o resultado desse trabalho conceitual e prático (STERNE, 2003, p. 219, grifo nosso).

⁸ Segundo Sterne, essa ideia de uma performance ou som “original”, “ao vivo”, é uma construção que se tornou possível a partir do advento das práticas ligadas à gravação sonora. E apesar de nós, historiadores e pesquisadores, não devermos essencializar essa divisão, é importante termos em mente que essa foi uma preocupação central ao longo do século 20, originando, inclusive, o “discurso de fidelidade”. Cf. STERNE, Jonathan. *The audible past: cultural origins of sound reproduction*. Durham: Duke University, 2003, p. 217; 220-221.



**Um ingresso permanente
para milhares de concertos**

*Este maravilhoso instrumento, traz os grandes concertos symphonicos, os mais celebres musicos, a musica immortal, para dentro das quatro paredes do seu lar. Ou si preferir, os ultimos successos em musica de dansa... bandas... canções humoristicas. Toda e qualquer especie de musica executada **ao natural!** Uma demonstração convence-o-fa. Venha ver-nos – o mais breve possivel!*

Figura 3: Propaganda da Victrola Orthophonic. *O Paiz*, 25 de dezembro de 1927. (Crédito: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional).

Nesse contexto, uma força do disco, das gravações sonoras, residia na possibilidade de *registrar para a posteridade* não só a arte (O PAIZ, 3 JULHO 1927, p. 10), como também vozes dos “grandes homens” ou o som de culturas representativas que estariam a ponto de ser perdidas⁹, que alcançariam, com toda *fidelidade e sacralidade*, ouvidos distantes espacial ou temporalmente. Nesse bojo, podemos ler na subseção “Pingos de cêra”:

A exemplo do que tem feito os homens de grande destaque o grande Francesco De Pinedo gravou agora também o seu disco. A fabrica Columbia foi a encarregada de gravar a mensagem ás colonias italianas da Americana, escolhida e feita especialmente para este fim, pelo famoso aviador. Com este já é o segundo homem italiano de enorme vulto que *deixa a sua voz impressa em disco*. O primeiro, como todos se recordam, foi o grande Mussolini que nos deixou um disco gravado pela Victor (*O Paiz*, 24 jul. 1927, p. 11).

⁹ No início de sua difusão, entre o fim do século 19 e início do 20, a fonografia esteve bastante atrelada aos estudos etnográficos devido a um “medo de perda” ligado à cultura autóctone. Para saber mais sobre o assunto, ver BRADY, Erika. *A spiral way: how the phonograph changed ethnography*. Jackson: University Press of Mississippi, 1999.

É nessa linha que se percebem as possibilidades que essa tecnologia havia aberto no que concerne à memória sonora do país: não se tratava apenas de músicas, mas também de discursos, costumes, as próprias linguagens dos “selvagens” que viviam longe da moderna capital brasileira (O PAIZ, 12 DEZEMBRO 1926, p. 14) que poderiam viajar no tempo e no espaço.

Considerações finais

A perspectiva de “guardar” som, de qualquer fonte e gênero, de fato, começava a animar aquela geração que sentia brotar, diante dos seus olhos – ou ouvidos? –, uma forma de organizar o espaço e o tempo a partir das sonoridades. Isso significava, na realidade, a possibilidade de selecionar o que (ou quem) se escutaria não só no presente, mas também no futuro. Nesse contexto, vale lembrar que a partir da década de 1930, inúmeras discotecas públicas – instituições hoje pouco debatidas ou mesmo conhecidas – foram organizadas no Brasil financiadas pelo Estado como um esforço de ora “salvar”, ora preservar a cultura nacional, através de gravações das vozes dos grandes homens, de músicas e sons étnicos, de música erudita nacional, além de audições públicas de “música verdadeira”. Naquele contexto, os discos e a fonografia apareceram como protagonistas de políticas públicas de relevo no âmbito municipal, a começar pela Discoteca Pública de São Paulo, idealizada por Mario de Andrade, e a Discoteca Pública do Distrito Federal, organizada pelo burocrata Maciel Pinheiro. Como entender esses órgãos se não entendermos o significado da fonografia e dos discos naquele contexto histórico-social específico ou mesmo se os ligarmos apenas à música popular urbana (“gênero” que não fez parte desses empreendimentos, tendo sido, inclusive, depreciado pelos organizadores das discotecas)?

Assim, esse trabalho teve como objetivo mostrar uma perspectiva um tanto diversa no que tange à audição de discos na primeira metade do século passado, atentando para discursos hoje obscurecidos, mas que circulavam na imprensa carioca e foram de certa forma ignorados devido aos lugares comuns que cercam as historiografias ligadas, principalmente, à música popular urbana. O “gênero”, de fato, nasceu juntamente com a massificação das tecnologias de reprodução sonora, mas, a nosso ver, pouco contribuíram na legitimação social

do disco – ainda visto como um “brinquedo” que reproduzia um simulacro sonoro pouco confiável – por se tratar, também, de uma novidade. Com isso, a miúde, recorria-se não só à música erudita e a outras práticas culturais tradicionais e já bem conhecidas como também ao “discurso da fidelidade”, que atestava a “veracidade” do som que saía da geringonça moderna. Com isso, nossa intenção foi refletir sobre uma prática aparentemente familiar de modo distanciado, através de um olhar mais atento a materiais inexplorados por não se encaixarem em um discurso historiográfico que coloca a música (um só tipo dela, na realidade) no cerne de toda a discussão que envolve os discos, as “máquinas falantes” e seus ouvintes.

Referências Bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. Porto Alegre: Zouk, 2013.

BRADY, Erika. *A spiral way: how the phonograph changed ethnography*. Jackson: University Press of Mississippi, 1999.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand, 1988.

FRANCESCHI, Humberto Moraes. *A Casa Edison e seu tempo*. Rio de Janeiro: Sarapuí, 2002.

KATZ, Mark. *Capturing sound: how technology has changed music*. Berkeley; Los Angeles; London: University of California Press, 2010.

MORTON JR, David L. *Sound recording: the life history of technology*. Baltimore: The John Hopkins University, 2006.

ROCHE, Daniel. *História das coisas banais: nascimento do consumo nas sociedades do século XVII ao XIX*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

SEVCENKO, Nicolau. A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio. In: _____ (Org.). *História da vida privada no Brasil*. v.3: República – da Belle Époque à era do rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

STERNE, Jonathan. *The audible past: cultural origins of sound reproduction*. Durham: Duke University, 2003.

WEBER, Max. *Os fundamentos racionais e sociológicos da música*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.

Documentação

Discos e Machinas Falantes (seção). *O Paiz* (Rio de Janeiro). 1926-1930.

**JORNAL O TEMPO, A CONSTRUÇÃO ANTICOMUNISTA E O
MASSACRE DA LINHA DO PARQUE: RIO GRANDE, 1950****O TEMPO NEWSPAPER, ANTI-COMMUNIST CONSTRUCTION
AND THE MASSACRE OF THE PARK LINE: RIO GRANDE, 1950****PERIÓDICO EL TIEMPO, CONSTRUCCIÓN ANTICOMUNISTA Y
MASACRE DEL PARQUE LÍNEA: RIO GRANDE, 1950**

Lênin Pereira Landgraf¹

Resumo

O presente artigo pretende, de forma breve, discutir a construção anticomunista através do jornal *O Tempo*, na cidade do Rio Grande, no Rio Grande do Sul. Os anos anteriores a 1950 foram de grande turbulência entre os movimentos dos trabalhadores e trabalhadoras e os órgãos segurança e repressão em Rio Grande, toda essa tensão viria a culminar no Massacre da Linha do Parque, no dia primeiro de maio de 1950. O jornal *O Tempo*, fundado em 1906, ajudou na construção do sentimento anticomunista na cidade e contribuiu para toda a tensão existente.

Palavras-chave: Anticomunismo; Imprensa; Massacre da Linha do Parque; Sindicatos.

Abstract

This article intends, briefly, to discuss the anti-communist construction through the newspaper *O Tempo*, in the city of Rio Grande, in Rio Grande do Sul. The years before 1950 were of great turbulence between the workers' movements and the security and repression organs in Rio Grande, all this tension would culminate in the Park Line Massacre), on May 1, 1950. The newspaper *O Tempo*, founded in 1906, helped the construction of an anti-communist sentiment in the city and contributed to the existing tension.

Keywords: Anti-communism; Press; Park Line Massacre; Unions

Resumen

Este artículo pretende, brevemente, discutir la construcción anticomunista a través del diario *O Tempo*, en la ciudad de Rio Grande, en Rio Grande do Sul. Los años anteriores a 1950 fueron de gran turbulencia entre los movimientos obreros y los órganos. seguridad y represión en Río Grande, toda esta tensión culminaría en la Masacre de Linha do Parque, el 1 de mayo de 1950. El periódico *O Tempo*, fundado en 1906, ayudó a construir el sentimiento anticomunista en la ciudad y contribuyó a que tensión existente.

¹ Mestre pelo Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

Introdução

Com o fim da escravidão e a chegada do século XX o foco da luta de classes no Brasil mudou, agora entre trabalhadores e patrões, não mais girando em torno da escravidão. A alta do custo de vida e as jornadas desumanas de trabalho foram fatores extremamente presentes no dia a dia dos trabalhadores e trabalhadoras. No início do século XX “Trabalhava-se muito, ganhava-se pouco e pagava-se caro para viver mal. As descrições dos locais de moradia dos trabalhadores no início do século conduzem-nos a realidades miseráveis, insalubres e superpovoadas.” (MATOS, 2009, p. 43) Os trabalhadores precisavam, então, de formas de luta para sobreviver, buscar direitos e reivindicar um espaço, de fato, na sociedade. Coube então aos sindicatos preencher essa lacuna, representando os trabalhadores e construindo uma identidade de classe. Para Marcelo Badaró Matos:

Talvez a manifestação política mais organizada dos trabalhadores no período partisse justamente dos sindicatos, que, embora não se constituíssem em instrumentos de intervenção eleitoral, eram os porta-vozes mais nítidos das propostas de mobilização, reivindicação e transformação social. Nada mais eminentemente político que a prática sindical. (MATOS, 2009, p. 45)

O surgimento dessas primeiras organizações sindicais foi palco de disputa entre diversas correntes, mas foram os sindicalistas revolucionários, conhecidos mais tarde como anarco-sindicalistas, que passaram a liderar o movimento sindical brasileiro na sua primeira fase. Os sindicalistas revolucionários tinham como prática a ação direta, representada principalmente pelo instrumento da greve. Apostavam firme também nos jornais e palestras como forma de mobilizar os operários, condenando as práticas das escolas tradicionais e da Igreja. (MATOS, 2009, p. 48/49). Entretanto “A conjuntura do início dos anos de 1920 marcaria o declínio anarquista. Para isso, foi decisiva a repressão do Estado, fechando entidades e jornais de trabalhadores; prendendo e exilando lideranças e investindo na propaganda anti-sindicato.” (MATOS, 2009, p. 49). Leve-se em conta ainda que, com a fundação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) em 1922, os anarquistas passaram a enfrentar oposições comunistas em suas bases sindicais. Os comunistas apostavam nos sindicatos como forma de aglutinar forças e propagandear seus ideais para os trabalhadores. Já no final da década de 1920 os comunistas alcançaram ampla maioria nas direções dos principais sindicatos brasileiros, fundando em 1929 a Confederação Geral do Trabalho do Brasil (CGTB).

Uma questão interessante a ser levantada é que, com o passar das décadas, os sindicatos que foram grande referência de luta e organização dos trabalhadores passaram a ser encarados novamente como apenas organizações assistenciais. Celso Frederico (1978) aponta que ampla maioria das sindicalizações só aconteceram, no momento daquele estudo, devido as assistências que o sindicato prestava, como plano de saúde e jurídico. (FREDERICO, 1978, p. 60). Isso escancara uma fragilidade das organizações dos trabalhadores, a grande dificuldade de aglutinar forças com a sua categoria, esse desafio é encarado até hoje. A sindicalização apenas por assistencialismo leva aos patrões a oferecer esse tipo de ajuda aos funcionários, afastando-os de vez do sindicato. Celso Frederico pontua ainda que: “[...] observamos que a fábrica atua no sentido de afastar os operários do sindicato. Os convênios firmados pela “F”, com médicos e hospitais particulares esvaziaram a principal função desempenhada pelo sindicato” (FREDERICO, 1978, p. 61). Quando questionados sobre a sindicalização, os trabalhadores respondem da seguinte forma: “Não existe motivo, a fábrica já da assistência” ou ainda “pra mim aquilo lá não resolve nada, o sindicato já foi bom” (FREDERICO, 1978, p. 61).

A organização dos trabalhadores, ou do “rebanho assustado”, termo de Noam Chomsky, já citado anteriormente, incomoda profundamente o regime vigente. A possibilidade de que essa parte da sociedade se organize e participe ativamente das decisões do Estado, não apenas durante as eleições, é terrivelmente assustadora para a camada de cima. Com essa possibilidade em pauta são intensificados os meios de repressão e de manipulação da opinião pública. (CHOMSKY, 2003, p. 21).

Com os trabalhadores organizados e a vitória da Revolução Russa de 1917, os patrões e grandes capitalistas passaram a temer, ainda mais, a ideologia comunista. Com medo de que a grande desigualdade social e as péssimas condições de trabalho levassem a uma ruptura do sistema, com tendência comunista, o anticomunismo passa a ser um grande aliado.

A construção anticomunista

Paralelamente ao surgimento dos primeiros sindicatos no país, chegava também, em 1917, em decorrência da Revolução Russa, com modelo importado das grandes

potências capitalistas, o anticomunismo. Sentindo-se ameaçados com a vitória comunista na Rússia e com o caos instalado no pós Primeira Guerra Mundial, os grandes países capitalistas passaram a encampar uma grande propaganda anticomunista, ainda nesse sentido “Não causa surpresa nenhuma que as elites brasileiras, habituadas a importar tudo dos países centrais, de artigos de consumo a ideias, tenham sido caudatárias também em relação ao anticomunismo.” (MOTTA, 2000, p. 16).

A perseguição a sindicatos e movimentos de esquerda no Brasil foi constante e até “tradicional” durante um longo período. Em 1927, durante o governo Washington Luís, o então deputado Aníbal de Toledo, preocupado com a crescente movimentação do PCB junto aos trabalhadores, apresentou ao congresso a “Lei Celerada”, com referências a legislação ainda do século XIX, visava combater os chamados “delitos ideológicos”, criminalizando a incitação de trabalhadores contra patrões. A lei previa também o fechamento, por tempo indeterminado, de instituições que por ventura ameaçassem a ordem e ao governo, obviamente tais instituições foram os sindicatos e agremiações de trabalhadores, sendo o Partido Comunista Brasileiro (PCB) posto na ilegalidade.

Os comunistas, movimentos sociais e sindicais que já enfrentavam tal perseguição política desde o início do século, viram um exponencial crescimento do anticomunismo durante a ditadura de Getúlio Vargas e, principalmente, com o fim da Segunda Guerra Mundial e o fenômeno da Guerra Fria. Nesse contexto, o governo dos Estados Unidos passou a disseminar a ideia de combate ao avanço do espectro comunista e um possível expansionismo da União Soviética (URSS). A propagação do sentimento anticomunista justificou a intervenção norte-americana em prol de seus interesses, direta ou indiretamente, em diversos países, principalmente na América Latina, onde a potência capitalista pretendia manter sua hegemonia. Nesse sentido, Munhoz afirma:

No imediato pós-guerra, o inimigo não mais era representado pelos antigos regimes autoritários de tendência nazifascista, mas pelos governos reformistas ou pelos movimentos sociais que pudessem pressionar por reformas políticas e sociais que implicassem a redução da capacidade de intervenção dos EUA no continente. Assim, iniciou-se a definição de políticas de contenção aos movimentos que pudessem significar alguma ameaça à ordem vigente e, como decorrência, aos interesses das elites norte-americanas. (MUNHOZ, 2003, p. 2)

A derrubada da República Velha e a instauração do novo governo, levaram Getúlio e seu governo a encarar o comunismo e seus adeptos como um problema interno. A Intentona Comunista de 1935, serviu também como exemplo para as novas propagandas anticomunistas disseminadas por todo país, além disso:

A “Intentona” deu origem não somente à construção de um imaginário, mas ao estabelecimento de uma celebração anticomunista ritualizada e sistemática. Outrossim, contribuiu para solidificar o comprometimento da elite militar com a causa anticomunista, por via da exploração da sensibilidade corporativa do grupo. (MOTTA, 2000, p. 18)

O anticomunismo no Brasil seguiu seu alinhamento com os Estados Unidos, tendo, inclusive, a polícia brasileira sido orientada pelos serviços especializados norte-americanos. (MOTTA, 2000, p. 17). A perseguição a um “inimigo em comum” é, corriqueiramente, utilizada para esconder da população os reais problemas do país, como desemprego, carestia de vida, fome, etc. Essa lógica encaixa-se na realidade mundial e brasileira no que diz respeito à perseguição contra os comunistas, além, é claro, do medo real das elites capitalistas de perderem o controle sob os trabalhadores, nesse sentido “Você amedronta, aterroriza e intimida a população para que ela se encolha de medo e fique acovardada demais para sair do lugar.” (CHOMSKY, 2003, p. 39)

Com o fim da ditadura Vargas, a esperança de uma abertura política chegou a florescer, entretanto, pouco durou. Eurico Gaspar Dutra (1946 - 1951), sucessor eleito de Getúlio Vargas, deu continuidade a repressão e perseguição aos sindicatos e movimentos dos trabalhadores, com ênfase no anticomunismo. Os trabalhadores que no início de 1946 passaram a se mobilizar contra a carestia de vida, logo veriam que o governo não permitiria o crescimento dos movimentos sociais, principalmente os que se movimentavam nas ruas. Segundo Munhoz:

As expectativas de democratização do país sofreram duros golpes desde os primeiros momentos do governo Dutra. Objetivando o controle dos movimentos sociais, que se encontravam em um amplo processo de expansão desde o final da ditadura Vargas, já nos

primeiros meses o governo eleito desencadeou uma intensa repressão político-social. (MUNHOZ, 2003, p. 2)

A ofensiva de Dutra contra as entidades políticas e sindicais contrárias ao seu governo foi colocada em prática, principalmente, através de decretos. O Decreto-Lei nº 9.070, de 15 de março de 1946², buscou reprimir e impedir greves. Já o Decreto nº 23.046, de 7 de maio de 1947³, suspendeu o funcionamento da Central dos Trabalhadores do Brasil (CTB). O Partido Comunista Brasileiro (PCB), que crescia exponencialmente nesse período, atingindo bons resultados eleitorais e, ganhando a confiança de parte da população, também foi posto, mais uma vez, na ilegalidade. A perseguição contra os comunistas estendeu-se até os associados dos sindicatos que estavam sob intervenção do governo, sendo centenas de trabalhadores excluídos dos quadros sociais das entidades sindicais após acusações de ligação com os comunistas. (MUNHOZ, 2003, p. 3,4.) O governo Dutra proibiu ainda, em 1946, toda e qualquer manifestação de rua em alusão ao dia primeiro de maio. No mesmo ano, um comício convocado pelo PCB no Rio de Janeiro foi duramente reprimido, deixando um morto. (RODEGHERO, 2007, p. 196).

O sentimento anticomunista também chegou com força ao Rio Grande do Sul, inclusive através de organizações ligadas a Igreja Católica. A instituição emitiu nota (07/08/1945), escrita por seus bispos, intitulada *Carta Coletiva sobre o Comunismo*. (RODEGHERO, 2007, p. 189). Também foi proibida a realização de um comício organizado pelo PCB em Porto Alegre. Para isso, as autoridades justificaram a proibição devido ao grande número de greves que estavam acontecendo em todo o estado, sendo um comício comunista usado como mais um motivo para mais desestabilização e agitação. Na noite anterior ao evento trinta militantes do partido foram presos. (RODEGHERO, 2007, p. 192, 193).

A partir de 1945, com o fim da ditadura Vargas, a redemocratização foi pauta no país, entretanto, diversos mecanismos do antigo regime permaneceram ativos, sendo “[...] a mais significativa herança da ditadura a manter-se no período democrático, impondo sérios limites a ele, foi a estrutura sindical” (MATOS, 2009, p. 77). O PCB,

² BRASIL. Decreto-Lei nº 9.070, de 15 de março de 1946. Dispõe sobre a suspensão ou abandono coletivo do trabalho e dá outras providências. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, RJ, 15 março 1946. Seção 1, p. 3829.

³ BRASIL. Decreto nº 23.046, de 7 de maio de 1947. Suspende o funcionamento em todo o Território Nacional da "Confederação dos Trabalhadores do Brasil". Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, RJ, 7 maio 1947. Seção 1, p. 6253.

legalizado, obteve significantes avanços em números de filiados e de votos nas eleições, o partido buscou ainda apoio de fora das suas fileiras para fundar o Movimento de Unificação dos Trabalhadores (MUT), com o objetivo de organizar a classe trabalhadora. Mesmo com limites, entre 1945 e 1946 foram criados mais de 900 sindicatos em todo país. Também em 1946 é fundada a Confederação dos Trabalhadores do Brasil (CTB), buscando a independência dos sindicatos junto ao Ministério do Trabalho. (MATOS, 2009, p. 79/80). Porém, a esperança da redemocratização pouco durou, tendo o governo de Eurico Gaspar Dutra intensificado a repressão entre 1947 e 1950, ano do Massacre em Rio Grande.

Jornal O Tempo, anticomunismo e o Massacre da Linha do Parque

É nesse contexto que se encontram as edições aqui analisadas do jornal *O Tempo*, fundado em 1906 na cidade de Rio Grande, no Rio Grande do Sul. Sobre a imprensa rio-grandina do século XIX e XX e ainda sobre *O Tempo*, Francisco das Neves Alves (2017) aponta que:

Ao longo do século XIX e das primeiras décadas da centúria seguinte, a imprensa rio-grandina foi uma das mais importantes no contexto sul-rio-grandense. [...] Nesse contexto, por muito tempo foi praticado um jornalismo de ponta na urbe litorânea, circulando vários periódicos diários, além de caricatos, literários e representantes de determinados segmentos socioeconômicos. [...] Nesse sentido, em 1937, *O Tempo* era um dos periódicos mais perenes publicados no Rio Grande. (ALVES, 2017, p. 35, 36)

O autor, que analisou as publicações veiculadas no jornal durante o período da instauração do Estado Novo, pontua ainda que:

Ele [*O Tempo*] fora fundado em 1906, permanecendo desde então sob a propriedade de Alípio Cadaval [...]. Ao longo de sua existência o jornal teve diferentes etapas, em algumas delas, chegou a apresentar certas aproximações e/ou filiações político partidárias, e, em outras, preferiu apresentar uma proposta essencialmente informativa. (ALVES, 2017, p. 36)

O periódico, que apoiou o golpe do Estado Novo e enaltecia a figura de Getúlio Vargas, já alinhava-se com o discurso anticomunista desde então, exemplo disso é a matéria publicada em dezembro de 1937, que alertava para o risco da exposição das crianças a ideologia comunista. (ALVES, 2017, p. 49). O ano de 1950 foi escolhido pela força que a Guerra Fria atingia naquele momento e, principalmente, pelos acontecimentos de maio daquele ano na cidade do Rio Grande, que serão tratados mais adiante.

Em 1950 o jornal estava sob propriedade e direção de Saul Porto “*autointitulado trabalhista, mas que afirma independência em relação ao jornal*” (SAN SEGUNDO, 2009, p. 130). O autor Mário San Segundo (2009) analisou as edições do periódico do final da década de 1940 e início da de 1950, chegando a conclusão que:

Do ponto de vista partidário (o jornal) não é abertamente o órgão de imprensa oficial do PTB, mas do ponto de vista ideológico age como se fosse; e não há dúvidas: era orientado diretamente para uma visão de mundo trabalhista, que estava em construção naquele momento. Em suas páginas, era normal lerem-se textos que buscavam orientar a ação dos militantes do PTB e dos governos trabalhistas. (SAN SEGUNDO, 2009, p. 130)

É importante frisar aqui que o anticomunismo expressado no jornal *O Tempo* difere-se do sentimento anticomunista propagado em outros periódicos. O jornal com orientação trabalhista buscava combater os comunistas, mas ao mesmo tempo aproximar-se dos trabalhadores, o combate ao comunismo abriria espaço para os trabalhistas entre os operários. Já outros periódicos do mesmo período combatiam o comunismo, pois enxergavam nele um possível agente de mudança na sociedade brasileira. (SAN SEGUNDO, 2009, p. 131).

No ano de 1950 o Brasil estava sob o comando do presidente Eurico Gaspar Dutra, que deu continuidade a política repressiva e anticomunista de Getúlio Vargas. Em Rio Grande, no Rio Grande do Sul, uma cidade com ampla presença operária, a mais antiga organização sindical, a Sociedade União Operária (SUO), fundada no final do século XIX, encontrava-se fechada no referido ano por ordem do governo, desagradando os sindicalistas e parte dos trabalhadores locais. As vésperas do dia primeiro de maio de 1950, dia internacional dos trabalhadores e trabalhadoras, diversas

entidades sindicais da cidade convocaram uma festa em alusão a data. A festa contou com cerca de duas mil pessoas, tendo atrações musicais, culturais e churrasco. Ao final das atrações parte dos trabalhadores saíram em protesto em direção ao centro da cidade por uma das principais ruas do município (conhecida como linha do parque devido a uma linha de bonde que ali passava), o objetivo era chegar até a sede da SUO, exigindo sua reabertura, entretanto, pouco depois de ter início, o protesto foi interceptado pela polícia e após a ordem policial para encerrar a manifestação uma confusão tem início. O saldo do confronto foi de cinco pessoas mortas, quatro manifestantes e um policial, além de diversos feridos. Os mortos foram: Euclides Pinto (pedreiro), Angelina Gonçalves (tecelã), Honório Alves de Couto (portuário), Osvaldino Corrêa (ferroviário) e Francisco Reis (soldado da Brigada Militar).

A repercussão do Massacre nas páginas do jornal *O Tempo* tem muito a dizer sobre o anticomunismo disseminado por ele. Ao noticiar os acontecimentos do dia primeiro de maio o jornal deixa claro seu posicionamento, contrário aos manifestantes e com objetivo de perseguir os comunistas locais. A capa do periódico publicada após o Massacre traz a seguinte manchete “Sob o comando do comunista Antonio Réchia, um grupo de vermelhos pretendeu marchar para a União Operária, afim de retoma-la. Morto um brigada pelos comunistas a polícia revidou a agressão[...]” (O Tempo, 03/05/1950, capa). A reportagem segue atacando os manifestantes e atribui a responsabilidade do início do confronto aos manifestantes:

O Dr. Evaldo Miranda, Delegado da Ordem Política Social, dirigiu-se ao vereador Rechia, apelando para que não continuasse a marcha, pois a polícia, sob forma alguma consentiria que eles entrassem na cidade, e quando conversavam amigavelmente, eis que um comunista Avelino de tal, agride o Dr. Ewaldo Miranda e em seguida, mata o soldado Reis e fere o Tenente Gonçalino. Foi neste momento, que a polícia composta dos inspetores: Renan, Calvete, Sadi, Santanna e Gifoni, com duas praças da Brigada e o Tenente Gonçalino, resolveram enfrentar os vermelhos, travando-se assim forte combate, do qual resultou a morte de cinco homens e diversos feridos (O Tempo, Rio Grande, 03/05/1950, capa.)

Ainda nesta edição a reportagem exalta a ação das forças militares em Rio Grande “Desde o primeiro tiro que provocou tão grave situação, que as nossas forças armadas de mar e terra, tomaram todas as providências para assegurar a ordem, o que

conseguiram de forma brilhante” (O Tempo, Rio Grande, 03/05/1950, capa). Os acontecimentos acabaram de fato mobilizando as forças armadas na cidade, sendo destacados soldados para guardar os principais prédios da cidade e, principalmente, os hospitais onde se encontravam os feridos. Nas edições posteriores a exaltação do soldado morto no Massacre continua: “E o bravo brigadiano Reis, a primeira vítima da sanha vermelha, homem cumpridor de seus deveres e chefe de numerosa prole, caiu também morto e cobriu seu lar de luto[...]”. (O Tempo, Rio Grande, 04/05/1950, capa).

Na edição do dia 04 de maio o jornal dedica boa parte de sua capa a um texto responsabilizando os dirigentes comunistas pelas mortes ocorridas durante a manifestação, para o jornal nenhuma das famílias dos mortos estaria passando pelo luto se não fosse a ação comunista em Rio Grande:

E assim Euclides Pinto, oficial de pedreiro, dominado pelas ideias políticas, entregou-se a luta, e no meio ao turbilhão, caiu morto, deixando a chorar 9 filhos e uma esposa, tudo isso, por ter colocado acima da sua própria família os seus ideias políticos, isso influenciado por senhores ambiciosos, que jogam as massas a luta e eles, escondem-se, comodamente em seus escritórios. (*O Tempo*, Rio Grande, 04/05/1950, capa)

Outro momento no qual fica perceptível a parcialidade do periódico é ao abrir espaço apenas para as declarações dos policiais. Os repórteres se dirigiram até o hospital onde se encontrava o Tenente Gonçalino, presente durante o confronto e que se encontrava hospitalizado após ser ferido. A versão do policial na reportagem é de que os manifestantes começaram o confronto e declara que “*Infelizmente* estávamos sem munição pois assim reagiríamos a altura. Perto de 200 tiros foram disparados contra nós” (O Tempo, Rio Grande, 04/05/1950, p. 03). A declaração do Tenente Gonçalino, afirmando que não portavam munição, não se sustenta, basta olhar para o saldo do confronto, deixando 4 mortos e diversos feridos no lado dos manifestantes.

Ao tratar do sepultamento dos mortos mais uma vez o jornal assume uma postura favorável aos policiais, menosprezando o cortejo dos manifestantes assassinados:

Realizou-se com muita ordem, o sepultamento das vítimas da passeata comunista. Conforme já previsto, teve lugar ontem o ato do sepultamento das quatro primeiras vítimas da passeata comunista do

dia 1º de maio o que foi feito com muita ordem e pouquíssimo comparecimento. (*O Tempo*, Rio Grande, 03/05/1950, p. 04)

Já ao tratar do sepultamento do policial assassinado o jornal mais uma vez o trata como mártir e vítima de um golpe comunista contra a comunidade de Rio Grande:

Com grande acompanhamento realizou-se ontem, às 16h, o sepultamento do soldado Francisco Reis, a primeira vítima da sanha comunista que caiu bravamente na defesa dos interesses da sociedade. O corpo do malgrado soldado, foi conduzido primeiramente até a Matriz de São Pedro, onde foi encomendado, e depois foi dado à sepultura. Compareceram ao sepultamento as principais autoridades e grande quantidade de povo, todos irmanados no mesmo sentimento de profunda dor, pelo golpe que os comunistas desferiram na sociedade rio-grandense, manchando com sangue rubro das suas ambições contra os interesses da nossa pátria e da democracia. (*O Tempo*, Rio Grande, 03/05/1950)

Conclusão

A partir do exposto, fica-se evidente que o jornal *O Tempo*, de fato, ajudou a inflar o discurso anticomunista na cidade de Rio Grande. E, entretanto, o periódico, por ter fortes ligações com os trabalhistas, enxergava nos comunistas não apenas um inimigo na concepção de mundo, mas também uma corrente que disputava a consciência e o controle das organizações dos trabalhadores. Ao mesmo tempo em que atacava os comunistas, também abria espaço para as reclamações da população, posicionando-se majoritariamente ao lado do povo.

A construção do discurso anticomunista pelo *O Tempo* foi constante durante todo o mês de janeiro, contribuindo para a tensão na cidade entre algumas organizações dos trabalhadores e as autoridades policiais e população em geral, tal tensão viria a culminar, em maio, no Massacre da Linha do Parque. Os ataques aos comunistas locais e a repercussão de notícias negativas sobre a URSS certamente contribuíram para o fortalecimento do anticomunismo na cidade.

Referências Bibliográficas

ALVES, F. N. *A instauração do Estado Novo na e a imprensa rio-grandina: o caso do jornal O Tempo*. In: Francisco das Neves Alves. (Org.). *O Estado Novo no Rio Grande do Sul e outros ensaios*. 1ed. Lisboa / Rio Grande: Cátedra Infante D.

CHOMSKY, Noam. *Controle da mídia: os espetaculares feitos da propaganda*. Tradução Antônio Augusto Fontes. Rio de Janeiro: Graphia, 2003.

FREDERICO, Celso. *Consciência Operária no Brasil*. São Paulo: Ática, 1978.

MATOS, Marcelo B. *Trabalhadores e sindicatos no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2009

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: O anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo. 2000.

MUNHOZ, Sidnei J. *A guerra fria no Brasil: Repressão política e resistência durante a primeira fase do conflito*. ANPUH XXII Simpósio Nacional de História, João Pessoa, 2003.

RODEGHERO, Carla Simone. *O anticomunismo nas encruzilhadas do autoritarismo e da democracia: a conjuntura 1945 – 1947*. MÉTIS: história & cultura – v. 5, n. 10, p. 179-202, jul./dez. 2006.

SAN SEGUNDO, Mário. *Protesto Operário, Repressão Policial e Anticomunismo: Rio Grande 1949, 1950 e 1952*. Porto Alegre: 2009.